

Comissões poderão controlar o Executivo

BRÁSÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Uma das singularidades do novo Congresso está na circunstância de instalar, em cada uma das casas, uma Comissão de Fiscalização e Controle. Esses órgãos foram legalmente aprovados no ano passado, com a finalidade de cumprir a regulamentação do Artigo 45 da Constituição, que delega ao Poder Legislativo a competência para fiscalizar os atos do governo.

Enquanto o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, ainda não se manifestou sobre o assunto, o do Senado, José Fragelli, acredita que, antes de instalar a comissão, é preciso criar condições para que realmente funcione, de modo a evitar que se transforme em um órgão a mais, desfigurando sua finalidade e comprometendo o Senado pela possibilidade de atuar inadequadamente. Entretanto, tudo indica que as pressões para o rápido e pleno funcionamento dessas importantes comissões vão acelerar o processo. E convém lembrar que, durante mais de uma década, os políticos que finalmente chegaram ao poder lutaram pela regulamentação daquele artigo constitucional.

O ano legislativo de 1985 também será marcado por novas CPIs. Pelo menos os três últimos grandes

escândalos do governo João Figueiredo serão investigados: Sunamam, fraudes do Inamps e Habitasul. O líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, anunciou que não pretende cercear o procedimento da bancada quanto à fiscalização. Isso quer dizer que as CPIs podem ser consideradas como praticamente criadas. Além disso, o líder lembra a necessidade de uma posição crítica, "até para contribuir com o governo que iremos respaldar".

O deputado Amaral Neto, que disputa a liderança do PDS na Câmara, enfatiza que a nova oposição deve dar facilidades para a apuração de todos os escândalos do período revolucionário. Para ele, apenas a chamada "guerra suja", ou seja, o que ocorreu nos bastidores da subversão, merece o esquecimento, em razão dos muitos traumas que seriam revividos.

Para o candidato a líder, o PDS nunca foi independente, só conheceu o tacão do governo e nada tem a ver com os escândalos, pois deles não participou: "O nosso pecado foi a omissão, e precisamos ter humildade e realismo para reconhecer isso". No mais, promete uma oposição branca a Tancredo Neves, basicamente a cobrança de mudanças no campo político-institucional, com o cuidado de não associá-lo ao descalabro econômico-financeiro revolucionário.